

Quando o bem-estar social não é prioridade



Um corte no orçamento federal de US\$ 143 bilhões nos programas de desenvolvimento social para compensar um déficit que pode ainda crescer, causado pelo aumento dos gastos militares de quase US\$ 200 bilhões, põe em risco a rede de seguridade social, como o tíquete-alimentação, empréstimos a estudantes e serviços médicos públicos. Segundo muitas pessoas, o emprego não é suficiente para escapar da pobreza. Além disso, a discriminação sexual e a racial continuam a reduzir as rendas das mulheres e da população negra.

Instituto de Agricultura e Políticas Comerciais
Centro de Consciência Social (Center of Concern) /
Rede de Gênero e Comércio dos Estados Unidos
Fórum Interamericano & Projeto de Vínculos
Globais-Locais
Federação Americana do Trabalho e Congresso das
Organizações Industriais (AFL-CIO)

Patricia Jurewicz / Kristin Dawkins / Alexandra /
Spieldoch / Tanya Dawkins / Thea Lee

Os Estados Unidos estão longe de alcançar seus compromissos de erradicação da pobreza e de inclusão social, especialmente para as mulheres, conforme foi acordado há dez anos na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995). Em 2004, uma de cada oito mulheres adultas no país vivia na pobreza, como informa publicação da Organização de Mulheres para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Women's Environment & Development Organization, 2005, p. 162). Em consequência da crescente pressão para acabar com a assistência governamental às mães de baixa renda, mais mulheres pobres têm empregos, porém suas vidas e as de suas famílias não melhoraram. O custo de vida nos Estados Unidos tem aumentado continuamente, sem aumentos correspondentes de salários. O atendimento médico básico ficou demasiado caro, e as mulheres têm menos tempo para ficar em casa.

A pobreza e a exclusão social não são somente problemas das mulheres, mas afetam todas as famílias e comunidades. Diariamente, mais de 6 milhões de crianças ficam sozinhas em casa depois da escola nos Estados Unidos. Quase 900 mil são vítimas de abuso ou abandono a cada ano e aproximadamente uma criança ou adolescente morre em virtude de arma de fogo a cada três horas, segundo comunicado de imprensa do Fundo de Defesa da Criança (Children's Defense Fund, 2005). Até o governo dos Estados Unidos reconhecer que 13 milhões de crianças vivem em dolorosa pobreza dentro de suas fronteiras e tomem medidas corretivas, a segurança e o bem-estar estão ameaçados no país.

Para um grande e crescente número de famílias estadunidenses, o fato de terem um trabalho

não é suficiente para livrá-las da pobreza. Embora a renda real *per capita* tenha crescido 66% entre 1973 e 2000, o percentual de famílias empobrecidas permaneceu no mesmo nível – pouco acima de 11% (Mishel, Bernstein e Allegretto, 2005, p. 12). Em parte, a pobreza persiste porque os preços das necessidades básicas, como alimentação, moradia e transporte, crescem mais rapidamente do que os salários. Em 2004, a maior parte dos salários de trabalhadores e trabalhadoras, descontada a inflação, permaneceu no mesmo nível ou decresceu, enquanto somente 5% da população que ganha mais teve a renda aumentada (Greenhouse, 2005). Trabalhadores e trabalhadoras que recebem o salário mínimo federal (US\$ 5,15/hora) não tiveram aumentos desde 1997. Como a lei não indexa o salário mínimo à inflação, seu valor é corroído com o passar do tempo.

Trabalhadores e trabalhadoras que hoje ganham salário mínimo recebem um terço do salário-hora médio considerado pelo governo federal necessário para manter uma família de quatro pessoas livre da pobreza (um déficit de US\$ 8 mil na renda anual). Segundo dados da Federação Americana do Trabalho e Congresso das Organizações Industriais (AFL-CIO, 2005), 15 estados aprovaram leis com salário mínimo mais alto, e cinco deles exigem um mínimo de US\$ 7/hora, valor ainda insuficiente para que uma família de quatro pessoas fique acima da linha de pobreza.

O número de pessoas de famílias pobres que trabalham tem crescido significativamente na última década. A reforma realizada pelo presidente Clinton no programa de assistência social (*welfare*) em 1996, considerada um sucesso por ter reduzido à metade o número de pessoas que recebem assistência social do governo, empurrou ex-beneficiários(as) da assistência social para empregos denominados de *workfare*^{NT} – postos de trabalho sem benefícios de seguro-saúde e com salários tão baixos que mantinham trabalhadores

e trabalhadoras na pobreza. Em 2003, as medidas de reforma da assistência social haviam deixado 35,9 milhões de cidadãos e cidadãs estadunidenses e residentes abaixo da linha nacional de pobreza, segundo publicação do Departamento do Censo dos Estados Unidos (2004, p. 9).

Distância entre gêneros e entre raças

Por três anos seguidos, vem aumentando o número de mulheres abaixo do limiar de pobreza. Atualmente, 13,8 milhões de mulheres adultas – uma de cada oito – vivem na pobreza nos Estados Unidos. Para mães solteiras não-brancas, a situação é muito pior: aproximadamente uma de cada quatro vive na pobreza por causa da discriminação racial, segregação ocupacional, diminuição do acesso à educação de qualidade e níveis desproporcionalmente altos de desemprego, como informa o Instituto de Pesquisa de Políticas da Mulher (Institute for Women's Policy Research, 2004, p. 31).

O programa federal de seguridade social é a única fonte de renda de uma de cada quatro mulheres idosas, e duas de cada três mulheres recebiam pelo menos a metade de sua renda da seguridade social (Lee e Shaw, 2003, p. 23-24). Estudos prevêm que, sem esse benefício, dois terços das mulheres não-casadas com mais de 65 anos que vivem sozinhas estariam na pobreza (Lee e Shaw, 2003, p. iii).

Há uma década, os Estados Unidos aceitaram a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) e assumiram o compromisso de atingir a igualdade entre mulheres e homens. No entanto, hoje, as mulheres ganham em média somente US\$ 0,76 para cada US\$ 1 recebido pelos homens. Em 1995, eram US\$ 0,71, como indica o Departamento do Censo dos Estados Unidos (2004, p. 34). Entre as minorias, a distância salarial é ainda maior, quando comparada aos salários do homem branco em 1999. As mulheres afro-americanas ganhavam 62,5%, as indígenas recebiam 57,8% e as hispânicas, 52,5% do salário médio pago ao homem branco (Institute for Women's Policy Research, 2004, p. 20). A discriminação racial, combinada com a segregação ocupacional, cria barreiras

NT *Workfare* (*welfare to work programs*) eram programas de assistência social que trocavam benefícios por trabalho.

tremendas ao emprego, às promoções e a rendas mais altas. As mulheres não-brancas estão ainda flagrantemente sub-representadas em muitos empregos de alta remuneração. A discriminação em função do sexo e da raça continua a reduzir a renda das mulheres (Institute for Women's Policy Research, 2004, p. 22).

Existem leis contra a iniquidade salarial e de gênero desde a década de 1960, porém elas não são aplicadas de forma adequada. A administração do presidente George W. Bush tem cortado iniciativas para financiar a aplicação de leis contra a discriminação salarial e está deixando de coletar dados sobre as trabalhadoras, chegando ao ponto de retirar informações sobre a distância salarial entre os gêneros do *website* do Departamento do Trabalho (Women's Environment & Development Organization, 2005, p. 156 e 161). A desigualdade e a discriminação continuarão a ocorrer se não forem gerados os dados desagregados por sexo necessários para uma análise de gênero.

O peso da Wal-Mart para a sociedade

A rede de supermercados Wal-Mart tem sido processada com mais frequência do que qualquer outra empresa privada dos Estados Unidos. Em 1991, seis mulheres iniciaram um dos mais conhecidos processos contra a Wal-Mart, que se transformou numa das maiores ações populares de direitos civis da história, envolvendo mais de 1 milhão de mulheres acusando a empresa de discriminação sistemática nos salários e nas promoções. Atualmente, menos de 15% dos gerentes de lojas são mulheres, embora elas constituam dois terços da força de trabalho da companhia.

Como a maior empregadora da nação, com aproximadamente 1,3 milhão de empregados(as), a Wal-Mart mudou o cenário varejista dos Estados Unidos, fazendo grandes esforços para evitar a organização sindical dos empregados e empregadas, reduzindo seus planos de saúde e pagando salários abaixo da linha de pobreza. A empresa exige que funcionários e funcionárias assinem formulários concordando em não entrar em sindicatos, numa violação flagrante das leis trabalhistas do país (Featherstone, 2004). Comparada a outros varejistas, a Wal-Mart possui um percentual maior de empregados(as) sem cobertura de plano de saúde.

Em todo o país, 66% de todos os trabalhadores e trabalhadoras recebem benefícios de saúde de seu empregador ou de sua empregadora, porém menos de 46% dos empregados e empregadas da Wal-Mart têm cobertura do seguro-saúde (Miller, 2004). O Departamento de Pessoal dessa rede de supermercados distribui material escrito explicando como solicitar o tíquete-alimentação do governo e o seguro de saúde pública

(Featherstone, 2005). Um estudo da Comissão de Educação e Trabalho da Câmara Federal determinou que, em 2004, os empregados e empregadas da Wal-Mart tiveram direito a US\$ 2,7 bilhões em assistência federal (Miller, 2004). Em essência, os(as) contribuintes dos Estados Unidos estão subsidiando os lucros da empresa.

A promoção da insegurança

A proposta de orçamento federal para 2006 do presidente George W. Bush corta US\$ 143 bilhões em gastos opcionais nos próximos cinco anos, eliminando 150 programas nacionais. Ela também elimina US\$ 30 bilhões de vários programas cujo financiamento é obrigatório por lei – os chamados programas de direitos a benefícios sociais (Horney, 2005). Esses cortes draconianos não somente prejudicam as escolas, o desenvolvimento comunitário, o transporte, a pesquisa científica e o meio ambiente, como também solapam programas de proteção social de larga data, entre eles o tíquete-alimentação, empréstimos estudantis e o programa de reembolso de despesas médicas (Medicaid).^{NT}

Mais de 45 milhões de pessoas não possuem seguro-saúde. O programa de reembolso de despesas médicas, que já tem 40 anos e oferece benefícios médicos a 35 milhões de pessoas, será alvo de um corte de US\$ 45 bilhões nos próximos dez anos. Os estados já prevêm serem forçados a terminar seus programas de reembolso de despesas médicas por causa da falta de fundos. Quase a metade dos imigrantes sem cidadania estadunidense (45,3%) não tem seguro-saúde, enquanto a média nacional de pessoas nessa situação é de 15,6% (Departamento do Censo dos Estados Unidos, 2004, p. 17). O Instituto de Medicina estima que a falta de cobertura de seguro-saúde causa aproximadamente 18 mil mortes desnecessárias anualmente e custa de US\$ 65 bilhões a US\$ 130 bilhões por ano em perdas de recursos, segundo comunicado de imprensa do Instituto de Medicina (2004).

Esses cortes nos programas de desenvolvimento social foram propostos para compensar o déficit orçamentário de mais de US\$ 400 bilhões criado em somente quatro anos, a despeito de um superávit de mais de US\$ 200 bilhões no ano 2000. No entanto, mesmo com a eliminação desses programas, espera-se que o déficit cresça em US\$ 168 bilhões nos próximos cinco anos por causa do aumento dos gastos militares de quase US\$ 200 bilhões, dos cortes de impostos para os ricos de US\$ 106 bilhões e dos US\$ 36 bilhões gastos com os juros da dívida interna.

NT Benefícios de saúde fornecidos pelo Estado para as pessoas mais pobres.

Mais da metade das reduções de impostos vai beneficiar famílias com rendas anuais acima de US\$ 1 milhão (0,2% das famílias), e quase 80% dos cortes de impostos beneficiarão 3,1% das famílias que ganham mais de US\$ 200 mil por ano (Instituto de Medicina, 2004). Como consequência direta desses cortes e dos anteriores, as receitas federais, como uma parcela da economia, estão no nível mais baixo desde a década de 1950. Se os cortes propostos se estenderem, reduzirão as receitas governamentais em US\$ 2,1 trilhões até 2015 (Friedman, Carlitz e Kamin, 2005).

Crianças deixadas para trás

Reduções severas do apoio federal à população pobre agravaram os problemas enfrentados pelos 50 estados, que têm a obrigação de assistir quem passa fome e não tem moradia. Trinta e um estados registraram despesas superiores às previstas nos seus orçamentos de 2005. Em relação ao orçamento federal proposto para 2006, a Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais identificou pelo menos US\$ 30 bilhões de custos transferidos do governo federal aos governos estaduais, incluindo um corte geral de 1% no orçamento do Departamento de Educação.¹

A legislação conhecida como “Nenhuma criança deixada para trás” (NCLB, na sigla em inglês) do presidente Bush exige que todas as crianças das escolas primária e secundária alcancem uma pontuação anual em testes nacionais padronizados. Se essas metas não forem atingidas, a escola sofre consequências na forma de “reestruturação”, “perda de financiamento” ou “ação corretiva”.

Legisladores e legisladoras estaduais, professores e professoras e defensores e defensoras dos direitos das crianças têm pedido ajustes na legislação. Solicitam que o governo federal elimine o método de medição igual, reconhecendo os desafios especiais enfrentados pelas crianças portadoras de deficiências e/ou que não falam o inglês como idioma nativo. Também pedem a remoção dos obstáculos que sufocam as inovações dos estados e o financiamento integral do programa.² No caso das escolas primárias, estima-se que ocorra um déficit de financiamento de pelo menos US\$ 12 bilhões em 2006, sendo o déficit cumulativo de quase US\$ 40 bilhões desde que a lei foi aprovada, em 2002.³

1 Ver o texto “States still struggling to keep budgets balanced” (2005), disponível no *site* da Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais.

2 Ver o texto “State legislators offer formula for improving no child left behind act” (2005), disponível no *site* da Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais.

3 Ver o texto “Deep cuts in the President's budget; Committees ready to act” (2005), disponível no *site* da Coalition on Human Needs.

Além disso, o governo Bush tem cortado numerosos programas que envolvem atividades fora da escola, o que afeta a capacidade de aprendizagem dos alunos e alunas. Por exemplo, o orçamento de 2006 elimina recursos a 25 mil crianças do programa "Começar Cedo" (dirigido à primeira infância) e 300 mil crianças deixarão de ser atendidas em creches até 2009.

Em 2002, cerca de 7% da população branca na faixa etária de 16 a 24 anos não havia completado a escola secundária, em comparação com 12% das pessoas negras e 26% das hispânicas.⁴ Estudos têm comprovado que adultos e adultas jovens com baixo desempenho educacional ou que não completaram seus estudos secundários têm mais probabilidade de viver na pobreza, receber assistência governamental e se envolver com a criminalidade.

Cumprindo a promessa de um futuro digno

Nos últimos anos, os Estados Unidos têm vivido a maior perda de empregos desde a Grande Depressão (1930–1939). De janeiro de 2001 a março de 2005, mais de 2,7 milhões de pessoas perderam seus empregos na indústria manufatureira e outras 850 mil ficaram sem trabalho nos setores de serviços profissionais e da informação (Women's Environment & Development Organization, 2005, p. 161). As pequenas empresas foram levadas à falência pelas corporações transnacionais, que têm maiores economias de escala e a capacidade de vender produtos abaixo do custo em mercados estratégicos.

Os sindicatos perderam filiados e filiadas e poder nos contratos coletivos à medida que as corporações multinacionais reduzem salários, transferindo empregos para fora do país ou ameaçando se mudar para outros países. Em escala nacional, os novos empregos pagam em média 21% a menos do que os antigos. Ao tentarem competir com a Wal-Mart, os supermercados rivais alegam que não podem mais cobrir os custos de seguro médico.

Tradicionalmente, a população estadunidense pôde atender a suas necessidades básicas com uma combinação dos benefícios fornecidos por seus empregadores e empregadoras e os salários que lhes permitiam assegurar suas necessidades fundamentais. Em situações calamitosas, o governo ajudava seus cidadãos e cidadãs a se recuperarem. Infelizmente, nem o governo nem as corporações estão fornecendo benefícios, salários ou programas que muitas famílias e mulheres, especialmente em comunidades não-brancas, precisam ter, hoje, para não dormirem com fome.

Há várias ações imediatas que o governo deve realizar para cumprir seus compromissos de desenvolvimento humano feitos dez anos atrás. A primeira e mais importante é o governo recomendar a coleta de dados desagregados por sexo em todos os níveis. Sem uma análise de gênero, é impossível formular um pacote de políticas públicas que enfrente as necessidades específicas das pessoas pobres, forneça um conjunto de serviços ao público em geral e assegure que o setor privado faça sua parte. Por exemplo, políticas que tratem da licença-maternidade remunerada, creches e necessidades ergonômicas específicas não podem ser desenvolvidas sem, primeiramente, termos dados que reflitam o grau de discriminação nos locais de trabalho.

O governo federal deve fazer cumprir as leis de oportunidade igual e aumentar o salário mínimo. Os legisladores e as legisladoras federais e estaduais devem reforçar seus compromissos com a habitação de baixo custo e o seguro-saúde público, além de minimizar a escalada de aumentos dos custos com a saúde. Também devem alocar fundos suficientes para creches que atendam mães trabalhadoras de baixa renda e garantir que todas as crianças tenham acesso à educação de alta qualidade. As políticas de assistência pública devem enfrentar a redução da pobreza com benefícios integralmente financiados, levando em conta a inflação.

Finalmente, as corporações devem pagar salários acima da linha de pobreza, fornecer seguro-saúde de baixo custo, incluindo o atendimento pré-natal, oferecer benefícios de aposentadoria suficientes para todos os empregados e empregadas, até mesmo às mães que trabalham em regime parcial, e treinar as mulheres para que possam assumir posições gerenciais. Se tratarem seus trabalhadores e trabalhadoras de forma adequada, as grandes empresas possibilitarão que o governo ajude quem realmente necessita. Só então, poderemos dizer que somos uma nação de mulheres, homens e crianças com vida segura e digna. ■

Referências

- AFL-CIO. *State minimum wage rates*. 6 jun. 2005.
- CHILDREN'S DEFENSE FUND. Children's Defense Fund Action Council scorecard ranks lawmakers on how well they protect children. 23 mar. 2005. Disponível em: <www.childrensdefense.org/pressreleases/050323.aspx>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- DEEP cuts in the President's budget; Committees ready to act. *Coalition on Human Needs*, 25 fev. 2005. Disponível em: <www.chn.org/dia/organizations/chn/humanneeds/050225a.html>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- DEPARTAMENTO DO CENSO DOS ESTADOS UNIDOS. *Income, poverty, and health insurance coverage in the United States: 2003*. Washington, DC: Imprensa Oficial do Governo, 2004.
- FEATHERSTONE, Liza. Down and out in Discount America. *The Nation*, 3 jan. 2005.
- _____. Will labor take the Wal-Mart challenge?. *The Nation*, 28 jun. 2004.
- FRIEDMAN, Joel; CARLITZ, Ruth; KAMIN, David. Extending the tax cuts would cost \$ 2.1 trillion through 2015. *Center on Budget and Policy Priorities*, 9 fev. 2005. Disponível em: <www.cbpp.org/2-2-05tax.htm>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- GREENHOUSE, Steven. Failing fortunes of wage earners. *The New York Times*, 12 abr. 2005.
- HIGH school dropout rates. Disponível em: <http://www.childtrendsdatbank.org/pdf/1_PDF.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- HORNEY, James. Assessing the conference agreement on the Budget Resolution. *Center on Budget and Policy Priorities*, 6 maio 2005. Disponível em: <www.cbpp.org/4-28-05bud.htm>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- INSTITUTE FOR WOMEN'S POLICY RESEARCH. *The Status of Women in the States, 2004*. 2004. Disponível em: <<http://www.iwpr.org/States2004/SWS2004/>>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- INSTITUTO DE MEDICINA. Comunicado de imprensa. *Institute of Medicine*, 14 jan. 2004. Disponível em: <www.iom.edu/report.asp?id=17632>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- LEE, Sunwha; SHAW, Lois. *Gender and economic security in retirement*. 2003. Disponível em: <<http://www.iwpr.org/pdf/D456.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- MILLER, George. Everyday low wages: the hidden price we all pay for Wal-Mart. *Wake up Wal-Mart*, 16 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.wakeupwalmart.com/facts/miller-report.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- MISHEL, Lawrence; BERNSTEIN, Jared; ALLEGRETTO, Sylvia. *The State of Working America*. Nova York: Cornell University, 2005, p. 12.
- STATE legislators offer formula for improving no child left behind act. *NCLS News*, 23 fev. 2005. Disponível em: <<http://ncsl.org/programs/press/2005/pr050223.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- STATES still struggling to keep budgets balanced. *NCLS News*, 14 abr. 2005. Disponível em: <<http://ncsl.org/programs/press/2005/pr050412.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- WOMEN'S ENVIRONMENT & DEVELOPMENT ORGANIZATION. *Beijing Betrayed*. 2005. Disponível em: <<http://www.wedo.org/library.aspx?ResourceID=31>>. Acesso em: 25 ago. 2005.

4 Ver o texto "High school dropout rates", disponível no site Child Trends DataBank.